



XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

18 a 20 Outubro Campinas | Brasil

25
anos

2017



Políticas habitacionais na produção do espaço urbano em São João da Boa Vista (SP)

Charles Serra Tabarin*, Claudete de Castro S. Vitte.

Resumo

Na última década, inúmeros novos loteamentos de interesse social foram implantados em São João da Boa Vista (SP), refletindo-se em fenômenos urbanos, como a segregação socioespacial. Visto isso, essa pesquisa visou contribuir na discussão sobre o processo de dinâmica urbana do município de São João da Boa Vista (SP), com foco no papel das moradias de interesse social na produção do espaço urbano no município.

Palavras-chave:

Geografia urbana, Moradias de interesse social, São João da Boa Vista.

Introdução

São João da Boa Vista, no interior de São Paulo, assim como outras cidades médias, apresentou grande crescimento econômico e urbano nos últimos anos, modificando a dinâmica urbana do município. Um dos fatores que mais contribuiu para essa realidade foi a implantação de loteamentos de moradia de interesse social financiados por políticas habitacionais federais, destacando-se o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Essa expansão do tecido urbano ocorre com a ação de agentes produtores do espaço, principalmente do Estado, por meio do financiamento de casas populares e, promotores imobiliários, com os projetos e implantação de loteamentos, entrega e venda de moradias. Os novos loteamentos nem sempre contribuem com a construção de uma cidade equilibrada e igualitária, participando da difusão da segregação socioespacial e desigualdade no acesso a serviços urbanos básicos.

Com o apresentado, essa pesquisa visa contribuir no entendimento da ação e papel do Estado nas políticas habitacionais, com ênfase no PMCMV e, sua espacialização na produção do espaço urbano e consequências na vida da população urbana.

Resultados e Discussão

Para a obtenção dos resultados que seguem, foram utilizados como metodologia uma revisão bibliográfica sobre a contribuição da construção de moradias de interesse social na produção do espaço urbano, caracterização socioeconômica do município, interpretação de dados e elaboração de mapas para uma compreensão mais ampla da problemática, além de observações de campo e análise de notícias da imprensa local.

Com isso, verificou-se que o espaço urbano é concretizado por agentes sociais, cujas ações são complexas, e derivam da dinâmica do capital, das necessidades das relações de produção e dos conflitos de classes¹. E o Estado, um dos principais agentes, regulamenta a produção do espaço urbano e promove a reprodução do espaço ao financiar a construção de moradias de interesse social, com o PMCMV. Já os promotores imobiliários são responsáveis pela implantação do programa, ou seja, agem na construção de loteamentos de moradias populares.

O Programa Minha Casa, Minha Vida foi criado em 2009, no governo Lula, visando reduzir o déficit habitacional no Brasil e fomentar o crescimento da construção civil, por

meio do financiamento da construção de moradias de interesse social. Apesar dos avanços, o programa repete erros de programas anteriores, ao desprezar a localização dos empreendimentos².

Em São João da Boa Vista, a estruturação dos loteamentos de interesse social implantados com o programa ocorrem baseados no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, que verificou o déficit habitacional e deu diretrizes para a instalação de habitação social no município. Contatou-se ainda que inúmeros bairros antigos da cidade surgiram com programas habitacionais anteriores, ressaltando a importância desses empreendimentos na expansão da mancha urbana.

Com o PMCMV já foram construídas 2.814 unidades habitacionais no município e outras estão em construção ou projetadas. O que resultou em um forte deslocamento da população mais pobre para as bordas da periferia sul da cidade.

Por meio da análise de notícias da mídia local e especialistas verificou-se que há descaso e abandono de princípios e leis urbanísticas na instalação das moradias. Os moradores reclamam da falta de equipamentos urbanos básicos, comércio e da paisagem homogênea, com ausência de praças e parques públicos.

Nos últimos meses o Ministério Público local embargou loteamentos que não cumpriam a totalidade das leis urbanísticas, resultando na paralisação da construção de novos empreendimentos pela Prefeitura Municipal.

Conclusões

O PMCMV, implantado em convênio entre poder público e promotores imobiliários, intensificou a construção de loteamentos de moradias de interesse social em São João da Boa Vista e sua expansão acelerada e inconsequente rumo à borda periférica sul da cidade causou prejuízos aos moradores, que se vêm isolados, desprovidos dos equipamentos urbanos básicos e do acesso à cidade em sua totalidade.

Agradecimentos

Agradeço ao apoio do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE), a Deus, orientadora Claudete Vitte, família e amigos.

¹CÔRREA, Roberto L. "O espaço urbano". Ática: São Paulo, 1989.

²MARICATO, Ermínia. "É preciso repensar o modelo". São Paulo: Arquitetura e Urbanismo, Setembro/2009, Editora Pini, 2009.